

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO****EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2020 (ADIAMENTO)**

(processo nº 2020.0.000022958-8)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por intermédio da Assessoria Técnica da Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço, sob o regime de empreitada integral**. A licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Resolução TSE nº 23.234/2010 e Resolução CNJ nº 1145/2010, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**DIA: 11 de junho de 2021****HORÁRIO: 11h00 (horário de Brasília)****Endereço eletrônico:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>**Código UASG: 070017****1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto é a **contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento de materiais e instalação de equipamentos necessários para execução das instalações da nova Sala Modular Certificada/Sala Cofre (data center), sala NOC e áreas afins, execução da movimentação dos equipamentos (moving); execução de reforço estrutural e prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva destas instalações, no edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, localizado na Av. Presidente Wilson, nº 198, Castelo, Rio de Janeiro**, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Edital, prevalecerão estas.

1.2. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I. TERMO REFERÊNCIA

- Anexo 1.1 - Memorial Técnico
- Anexo 1.2 - Projeto Arquitetônico
- Anexo 1.3 - Projeto de Climatização
- Anexo 1.4 - Projeto de Combate a Incêndio
- Anexo 1.5 - Projeto de Hidráulica
- Anexo 1.6 - Projeto de Rede de Distribuição de Energia Elétrica
- Anexo 1.7 - Projeto de Rede de Telecomunicações
- Anexo 1.8 - Projeto de Sistema de Segurança
- Anexo 1.9 - Projeto de Sistema de Óleo Diesel
- Anexo 1.10 - Projeto Executivo de Reforço Estrutural
- Anexo 1.11 - Caderno de Encargos de Reforço Estrutural
- Anexo 1.12 - Orçamento de Referência do Reforço Estrutural
- Anexo 1.13 - Orçamento de Referência da Sala Modular Certificada/Sala Cofre, movimentação e manutenção
- Anexo 1.14 - Cronograma - Reforço Estrutural
- Anexo 1.15 - Cronograma - Sala Modular Certificada/Sala Cofre
- Anexo 1.16 - Modelo - Atestado de Vistoria
- Anexo 1.17 - Modelo - Declaração de Renúncia de Vistoria
- Anexo 1.18 - Modelo - Proposta Comercial
- Anexo 1.19 A - Modelo - Planilhas de Formação de Preços - Reforço Estrutural
- Anexo 1.19 B - Modelo - Planilhas de Formação de Preços - Sala Modular Certificada/Sala Cofre, movimentação e manutenção
- Anexo 1.20 - Modelo - Planilha de Composição do BDI
- Anexo 1.21 - Modelo de Ordem de Serviços
- Anexo 1.22 - Curva ABC
- Anexo 1.23 - Relação de Equipamentos - Moving

ANEXO II. MINUTA DE CONTRATO**2. DO PREÇO ESTIMADO**

2.1. O preço global desta licitação foi estimado em **R\$ 6.642.152,68 (seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e cento e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos)**, sendo esse o limite máximo para a contratação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão, observadas as condições abaixo, os interessados com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.

3.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará **“sim” ou “não”** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, cumprindo os requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta;
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49, caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte/cooperativa, quando for o caso;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição deste subitem sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.3. Não poderão participar desta licitação os licitantes:

3.3.1. Impedidos de participar de licitação e celebrar contratos administrativos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

3.3.2. Enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93, seja direta ou indiretamente;

3.3.3. Cuja falência tenha sido decretada, em processo de recuperação judicial, sem plano de recuperação acolhido judicialmente, em recuperação extrajudicial, em concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.4. Cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão.

3.3.5. Reunidos sob forma de consórcio.

3.3.6. Cooperativas, quando a natureza do serviço demandar relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa, bem como personalidade e habitualidade.

3.3.7. Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, conforme Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.

3.3.8. Empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 7º, inciso II, da Resolução do TSE nº 23.234, de 25/3/2010 e art. 2º, inciso VI, da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.1. As vedações constantes no subitem 3.3.8 se estendem às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 meses após a desincompatibilização. (art. 2º, §3º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, §4º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.9. Empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento de membros ou juizes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (art. 7º, inciso I, da Resolução do TSE nº23.234, de 25/3/2010).

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento do licitante deverá ser realizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, através do Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. O licitante deverá manter seu cadastro atualizado no SICAF.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TRE-RJ por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta e os documentos de habilitação exigidos no **item 10** deste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

5.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação apresentados até a abertura da sessão pública, quando será encerrada automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.2. O licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação contemplados no SICAF, desde que válidos.

5.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em campo específico do sistema eletrônico, mediante preenchimento dos seguintes campos:

- a) preço unitário e total de cada item;
- b) descrição do objeto ofertado.

5.2.1. É irregular a admissão de proposta ofertada pelo licitante contendo especificações de serviços e respectivas quantidades destoantes do orçamento-base desta licitação. Caso o licitante identifique erro de quantitativos no orçamento-base ou ausência de insumos essenciais à execução do objeto, deve impugnar os termos do Edital.

5.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.

5.3.1. Deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

5.4. Os valores unitários e totais ofertados deverão observar o limite de 2 casas decimais após a vírgula, podendo o pregoeiro solicitar ao licitante a adequação do preço final ofertado, na fase de aceitação.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Na etapa prevista neste item, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, ocasião em que poderá ser solicitada documentação complementar para confirmação daqueles já apresentados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da sessão pública será realizada pelo pregoeiro na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, através no sítio: <https://www.gov.br/compras>.
- 6.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
- 6.3.1. O pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.4. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.
- 6.5. O pregoeiro se comunicará com os licitantes através de campo próprio do sistema.

7. DO ENVIO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2. O lance deverá ser ofertado pelo **preço total de cada item** que integra o lote, sendo o preço global do lote considerado para fins de classificação das propostas.
- 7.3. O licitante somente poderá oferecer preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.4. Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.4.1. A etapa de lances terá duração **15 minutos** e, após o término desse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento aleatório no período de até **10 minutos**, encerrando automaticamente a recepção de lances.
- 7.4.2. Encerrado o prazo aleatório de até **10 minutos**, o sistema concederá oportunidade para que o autor da oferta de preço mais baixo e os autores das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.4.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 7.4.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances automaticamente.
- 7.4.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.4.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.7. Se durante a etapa de lances, o pregoeiro perder a conexão com o sistema, e este permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.7.1. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a **10 minutos**, a sessão do pregão será suspensa e somente poderá ser reiniciada após **24 horas** da comunicação do fato aos licitantes no sistema.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 8.1. Após a etapa de lances, nos itens/lotes, cuja participação NÃO seja exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 8.2. Serão consideradas empatadas as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte iguais ou até 5% superiores ao menor preço, procedendo-se ao desempate da seguinte forma:
- 8.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, mediante convocação automática do sistema, no prazo de **5 minutos**.
- 8.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte convocada não exerça o direito previsto no subitem anterior, serão convocadas as demais que se enquadrem na hipótese do **subitem 8.2**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 8.2.3. No caso de equivalência dos preços ofertados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese do **subitem 8.2**, o sistema realizará um sorteio entre elas, convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 8.2.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 minutos**, terá precluído o direito previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.3. Havendo empate entre propostas ou lances e ausência de desempate de ME/EPP, aplicar-se-á o critério de desempate do no art. 3º, §2º da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a) produzidos no país;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. Após a etapa de envio de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação de condições diferentes das previstas no edital.
- 9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade dos preços em relação aos máximos estipulados no **Item XI e Anexos 1.12 e 1.13 do Termo de Referência. Os valores unitários de cada um dos itens das planilhas se constituem no limite máximo unitário.**
- 9.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global do lote**.
- 9.3.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores do TRE-RJ para orientar sua decisão.

9.4. O licitante deverá encaminhar, no prazo máximo de **4 horas**, a contar da convocação do pregoeiro no sistema, os seguintes documentos:

9.4.1. Proposta de Preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme **Anexo 1.18** do Termo de Referência, datada e assinada pelo representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado com o nome, número de identidade e cargo e deverá conter, ainda, o endereço atual completo e o número do CNPJ da proponente.

9.4.2. Declaração expressa do licitante da sua concordância com a adequação do projeto que integra o Edital e seus Anexos e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993. A presente declaração poderá integrar a proposta de preços.

9.4.3. Planilha de Formação de Preços e Planilha de composição do BDI, conforme **Anexo 1.19 e 1.20** do Termo de Referência. As planilhas deverão ser entregues digitalizadas, datadas e assinadas pelo responsável técnico por sua elaboração, devidamente identificado com o nome e número do registro no conselho profissional pertinente.

9.5. Os valores expressos na Planilha de Formação de Preços (**Anexo 1.19**) deverão contemplar as perdas inerentes à execução dos serviços, não sendo admitido o aumento dos quantitativos planilhados.

9.6. É vedado modificar, acrescentar ou retirar itens, bem como alterar as quantidades da Planilha de Formação de Preços disponibilizada.

9.7. Nos valores unitários expressos na Planilha de Formação de Preços deverão ser computados todos os custos incidentes na composição do item, os quais deverão constar na Planilha Analítica dos Insumos e Serviços, a ser apresentada pela contratada na execução, conforme disposto nas 'Obrigações da Contratada' do Termo de Referência.

9.8. Não poderão ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha de composição do preço.

9.9. Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a serviços, materiais ou instalações de sua propriedade, a licitante deverá indicar e comprovar essa propriedade.

9.10. O TRE-RJ poderá, a qualquer momento, solicitar esclarecimentos adicionais acerca das propostas do licitante, objetivando o seu fiel atendimento. O licitante que não atender os esclarecimentos solicitados poderá ter sua proposta recusada.

9.11. Serão desclassificadas as propostas que, após a fase de negociação:

- a) que não atenderem às exigências do ato convocatório;
- b) apresentarem preço global superior ao limite estabelecido;
- c) apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

9.11.1. Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos preços sejam inferiores a 70% do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos preços das propostas superiores a 50% do preço orçado pela administração; ou
- b) preço orçado pela administração.

9.11.2. Dos licitantes classificados na forma do subitem anterior cujo preço global da proposta for inferior a 80% do menor valor a que se refere o item anterior, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no §1º do artigo 56, da Lei 8.666/1993, igual à diferença entre o valor resultante do subitem anterior e o valor da correspondente proposta.

9.12. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro através de consulta ao SICAF (níveis de cadastro I, II e III) e da documentação especificada neste item, conforme o caso.

10.1.1. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF ou que estejam com a validade vencida, deverão ser anexados ao sistema, no momento de cadastramento da proposta, conforme **item 5** deste Edital.

10.1.2. Somente poderão ser enviados posteriormente, os documentos complementares necessários à confirmação dos documentos de habilitação exigidos neste item e apresentados na forma do **item 5**.

10.2. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será exigido:

10.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).

10.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS).

10.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

10.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica será exigido:

10.3.1. Comprovação de registro da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome do licitante, dentro do seu prazo de validade, da qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com os serviços de maior relevância do objeto da licitação, descritos no subitem 10.3.2 e na alínea "x" do Item IV do Termo de Referência, e a relação dos seus responsáveis técnicos.

10.3.2. Apresentação de 1 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a mesma ter executado os serviços a seguir indicados, conforme itens de maior relevância:

- a) fornecimento e execução de construção de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), com área construída de no mínimo 20 m², com realização de teste de estanqueidade;
- b) fornecimento e instalação de Sistema de Climatização de precisão para Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center);
- c) fornecimento e instalação de sistema de geração de energia elétrica composto de gerador, quadros de distribuição de eletricidade e aterramento;
- d) fornecimento e instalação de rede de distribuição elétrica estabilizada, compreendendo nobreak, quadros de distribuição de eletricidade, cablagem e aterramento;
- e) manutenção preventiva e corretiva em ambiente de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), em grupo gerador de energia elétrica baseado com potência de no mínimo de 100 kVA;
- f) manutenção preventiva e corretiva em ambiente de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), em sistema de nobreak com potência elétrica nominal mínima de 60 kVA;
- g) manutenção preventiva e corretiva em ambiente de Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center) com características semelhantes.

10.3.2.1. Será admitido o somatório de atestados como comprovação da capacidade do licitante para execução do objeto desta licitação.

10.3.1.2. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.3.3. **Certificado ou Declaração**, fornecido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO para o escopo sala cofre, onde conste que a sala cofre é certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247.

10.3.4. **Certificado**, fornecido por Organismo Certificador de Produto (OCP) devidamente acreditado pelo INMETRO para o escopo sala cofre, onde conste que a sala cofre atende à norma NBR 60529 quanto ao grau de proteção IP 66 e/ou IP67 e que a resistência contra arrombamento atende à classificação WK3 e/ou WK4 de acordo com a norma EN 1627/1630, ou, apresentar **declaração** fornecida pelo fabricante da sala cofre, onde conste que a mesma está aderente à norma NBR 60529 quanto ao grau de proteção IP 66 e/ou IP67 e que a resistência contra arrombamento está aderente à classificação WK3 e/ou WK4 de acordo com a norma EN 1627/1630.

10.3.5. O licitante deverá comprovar a qualificação técnica de sua equipe técnica, comprovando que possui em sua equipe técnica os seguintes profissionais, com as respectivas qualificações:

a) 1 (um) Engenheiro Eletricista, com comprovada experiência em instalações de redes de distribuição elétrica para ambientes de missão crítica, devendo esta comprovação ser efetuada por meio da apresentação de cópia de CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA e do respectivo atestado;

b) 1 (um) Engenheiro Mecânico, com comprovada experiência em serviços de instalação de sistemas de climatização para ambientes de missão crítica devendo esta comprovação ser efetuada por meio da apresentação de cópia de CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA e do respectivo atestado;

c) 1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, com comprovada experiência em serviços de construção/instalação de Data Center devendo esta comprovação ser efetuada por meio da apresentação de cópia de CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA ou CAU e do respectivo atestado;

10.3.5.1. A comprovação de vínculo da empresa licitante com o profissional indicado poderá ser demonstrada através da carteira de trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

10.3.5.2. Os profissionais detentores dos atestados de responsabilidade técnica solicitados deverão ser responsáveis técnicos dos respectivos serviços, admitindo-se sua substituição apenas em situações excepcionais, por profissionais com acervo técnico equivalente ou superior, devendo a substituição ter a prévia anuência da fiscalização.

10.3.6. Atestado de Vistoria, conforme **Anexo 1.16** ou Declaração de Renúncia da Vistoria, conforme **Anexo 1.17** do Termo de Referência.

10.4. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, será exigido:

10.4.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de até **90 dias** da data de sua emissão.

10.5. Será verificada, durante a etapa de habilitação, a existência de registro impeditivo da contratação e eventual descumprimento das vedações previstas no **subitem 3.3** em nome do licitante e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:

I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;

III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas, Suspensas e Punidas – CEIS/CNEP – Portal da Transparência; e

IV. Sistema de Licitantes Inidôneos – TCU.

10.5.1. As consultas previstas nos incisos II, III e IV poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.6. Caso conste no SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas do licitante, o pregoeiro diligenciará para verificar se há indícios de fraude, por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros fatores.

10.6.1. Havendo indícios suficientes, o pregoeiro submeterá os autos para análise da autoridade superior, sendo assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa.

10.6.2. Constatada burla à Lei de Licitações, a autoridade superior procederá à desconsideração da personalidade jurídica, sendo o licitante inabilitado no certame, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.7. O pregoeiro poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio de prova, para fins de habilitação dos licitantes.

10.8. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal.

10.8.1. Se o estabelecimento não for cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste, no prazo e na forma estabelecidos no **item 5**.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.9.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

10.9.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

10.10. Em caso de dúvida em relação a documento digital apresentado durante certame, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**.

10.11. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

10.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema.

11.1.1. Havendo intenção, o pregoeiro verificará as condições de admissibilidade do recurso quanto à tempestividade e à motivação, aceitando ou não a intenção de recurso, justificadamente.

11.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias**, ficando os demais licitantes intimados, se desejarem, para apresentarem suas contrarrazões, através sistema, no prazo de **3 dias**, contado da data final do prazo da recorrente,

assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Não se aplica.

14. DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

14.1. Após a homologação da licitação, será firmado contrato, conforme **Anexo II** do Edital.

14.2. O prazo para assinatura do contrato ou aceite da nota de empenho será de, no máximo, **5 dias úteis**, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

14.2.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

14.3. Para assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, devidamente autenticados.

14.4. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

14.5. Na hipótese da empresa vencedora não assinar o contrato, o pregoeiro convocará outro licitante em nova sessão pública, na ordem de classificação, para examinar a proposta e requisitos de habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

14.6. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, o contratado deverá apresentar garantia, com validade durante a execução contratual e por **30 dias** após o término da vigência contratual, no prazo de **10 dias úteis** após a assinatura do contrato, no valor equivalente a **5% do valor total do contrato**, podendo-se optar pelas seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

14.6.1. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.7. Caso haja demora na apresentação do documento que represente a garantia, a contratante estará autorizada a promover a glosa em fatura no valor da garantia a ser prestada, ficando registrado o valor em conta contábil própria, podendo ser substituída por outro instrumento válido de caução, hipótese em que será imediatamente creditado o valor glosado na conta bancária da empresa.

14.8. A garantia somente será liberada em favor da contratada somente após o integral e definitivo cumprimento das obrigações por esta assumidas.

14.8. A garantia não poderá excluir de sua cobertura o pagamento de multas contratuais ou a cobertura de prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso do segurado ou seu representante.

14.9. A garantia legal prestada deverá ser adequada como condição para acréscimos, supressões e eventuais reajustes e repactuações.

14.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 dias úteis**, contados da data em que for notificada.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até **5 anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

15.2. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as disposições acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.

15.3. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.

15.4. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

15.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

15.6. A responsabilidade por atos praticados no decorrer da contratação encontra-se prevista no Termo de Referência.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

16.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados a este Tribunal até às **19h00 do 3º dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: licita@tre-rj.jus.br.

16.2. O pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidirá sobre os pedidos de esclarecimentos e sobre a impugnação no prazo de **2 dias úteis**, contado da data do recebimento de ambos.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

16.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema eletrônico e na página do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

16.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Conforme regras definidas na Minuta de Contrato.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A Assessoria Técnica de Licitação está disponível para atendimento ao público, no horário de **11h00 a 19h00**, na Av. Presidente Wilson, nº 194, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.030-021, através dos telefones (21) 3436-8155 / 8156 / 8157 ou e-mail: licita@tre-rj.jus.br.

18.1.1. Em virtude da pandemia de COVID-19 e a suspensão temporária do expediente presencial, o atendimento ao público está sendo realizado somente através dos telefones e e-mail informados no subitem acima.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/1999.

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base nos princípios e na legislação em vigor.

18.6. O TRE poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 50 do Decreto 10.024/2019.

18.7. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

**TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I E SEUS ANEXOS 1.1 a 1.23
SERÃO JUNTADOS AO FINAL DO EDITAL PUBLICADO**

MINUTA DE CONTRATO – ANEXO II

CONTRATO Nº...../..... QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E.....PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA NOVA SALA MODULAR CERTIFICADA/SALA COFRE (DATA CENTER), SALA NOC E ÁREAS AFINS, EXECUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (MOVING), EXECUÇÃO DE REFORÇO ESTRUTURAL E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DESTAS INSTALAÇÕES, NO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, LOCALIZADO NA AV. PRESIDENTE WILSON, Nº 198, CASTELO, RIO DE JANEIRO.

CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Diretora-Geral, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 530/2019.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na (inserir endereço completo), representada por (inserir nome completo), portador da Carteira de Identidade nº, expedida pelo (órgão expedidor/unidade da federação), e CPF sob o nº, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social).

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 70/2020**, instruído através do processo TRE nº 2020.0.000022958-8, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002 e vinculado ao Edital e Anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **prestação de serviços especializados, fornecimento de materiais e instalação de equipamentos necessários para execução das instalações da nova Sala Modular Certificada / Sala Cofre (data center), sala NOC e áreas afins, execução da movimentação dos equipamentos (moving), execução de reforço estrutural e prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva destas instalações, no edifício Sede**

do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, localizado na Av. Presidente Wilson, nº 198, Castelo, Rio de Janeiro, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

- 1.1.1. A assinatura do presente contrato implica a concordância da contratada com o conteúdo do Termo de Referência e de todos seus anexos –orçamentos, projetos, desenhos, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares, inclusive todos os quantitativos indicados nas peças.
- 1.2. O objeto será executado em regime de empreitada integral.
- 1.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no **item IV, alínea "p"** do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

- 2.1. O valor do presente contrato é de R\$(.....).
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas desta contratação para o exercício de, no valor de R\$, correrá por conta dos elementos 44.90.51.92 - Obras e Instalações e 33.90.39.05 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, relativo ao Programa de Trabalho Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Nota de Empenho nº ____/____, de ____/____/____, ficando a despesa no valor de R\$..... (.....) a ser empenhada no exercício de ____/____/____, à conta das dotações previstas para atenderem as despesas de mesma natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA TÉCNICA

- 5.1. A contratada deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses para toda infraestrutura instalada.
- 5.2. A garantia específica de cada um dos sistemas, equipamentos, acessórios, deverá ser de acordo com o estabelecido no Memorial Técnico, **Anexo 1.1.** do Termo de Referência.
- 5.3. Os prazos de garantia serão contados do início da operação (conclusão do comissionamento e recebimento provisório).

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 5.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, o contratado deverá apresentar garantia, com validade durante a execução contratual e por **30 dias** após o recebimento definitivo do objeto, no prazo de **10 dias úteis** após a assinatura do contrato, no valor equivalente a 5% do valor total do contrato.
 - 5.1.1. Caso a contratada se enquadre na situação prevista no **item IV, alínea "m", subitem 9.2** do Termo de Referência, deverá apresentar no mesmo prazo acima, prestação de garantia adicional de execução, conforme cálculo previsto no referenciado subitem.
- 5.2. A contratada poderá optar pelas seguintes modalidades de garantia:
 - a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - b) seguro-garantia;
 - c) fiança bancária.
 - 5.2.1. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 5.3. Caso haja demora na apresentação do documento que represente a garantia, a contratante estará autorizada a promover a glosa em fatura no valor da garantia a ser prestada, ficando registrado o valor em conta contábil própria, podendo ser substituída por outro instrumento válido de caução, hipótese em que será imediatamente creditado o valor glosado na conta bancária da empresa.
- 5.4. A garantia somente será liberada em favor da contratada somente após o integral e definitivo cumprimento das obrigações por esta assumidas.
- 5.5. A garantia não poderá excluir de sua cobertura o pagamento de multas contratuais ou a cobertura de prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso do segurado ou seu representante.
- 5.6. A garantia legal prestada deverá ser adequada como condição para acréscimos, supressões e eventuais reajustes e repactuações.
- 5.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 dias**, contados da data em que for notificada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DO CONTRATANTE:

- 1) Exercer permanente acompanhamento e fiscalização da execução do(s) serviço(s), registrando todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado, e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas e inconformidades observados.
- 2) Comunicar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento dos serviços prestados.
- 3) Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao(s) serviço(s) contratado(s) que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, sempre que possível e viável.
- 4) Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.
- 5) Permitir acesso da CONTRATADA e de seus auxiliares às dependências do TRE-RJ relacionadas à execução do(s) serviço(s), mediante acompanhamento e supervisão das respectivas áreas técnicas do Tribunal.
- 6) Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo.
- 7) Fornecer água e energia para execução dos serviços.
- 8) Fornecer espaço para guarda de materiais e equipamentos.
- 9) Permitir a utilização de sanitários pelos funcionários da contratada.
- 10) Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

6.2. DA CONTRATADA:

- a) Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- c) Demais obrigações da contratada previstas no **item IV - alínea "I"** do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos serviços será realizado de acordo com as parcelas previstas nos cronogramas físico-financeiro, no prazo de até **30 dias**, contados do atesto dos serviços prestados, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.1.1. Por se tratar de empreitada por preço global, não haverá pagamento de macro etapas parcialmente concluídas. Os pagamentos somente serão autorizados quando todo escopo da etapa estiver concluído.

7.1.2. Por ocasião do recebimento provisório, será autorizado o pagamento de, no máximo de 95% do objeto, ocorrendo a retenção de 5%, cujo pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo da integralidade do objeto contratado.

7.1.3. A contratada deverá apresentar, após a aprovação pela fiscalização das medições de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa.

7.3. Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12.

7.4. A fiscalização do contrato efetuará o recebimento dos serviços, conforme regras **do item IV, alínea "r"** do Termo de Referência, devendo atestar a nota fiscal/fatura e encaminhá-la para pagamento, observando os procedimentos previstos na IN DG nº 04/2012 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Instruções Normativas da Diretoria Geral – filtrar pelo ano e número da norma).

7.4.1. Em caso de erro na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido no **subitem 7.1** retornará à contagem inicial.

7.4.2. Caso a nota fiscal/fatura apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de **3 dias úteis**, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.5. Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.6. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá ser comprovada regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

7.7. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

8.1. O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irreajustável durante a vigência da contratação.

8.2. Nos casos que couber a prorrogação do contrato, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá, com base na variação do IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

9.1. As regras e critérios para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços estão previstos no **item VII** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas estão previstas no **item VIII** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2. As alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

13.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, de de

Diretora-Geral do TRE/RJ

Representante legal da empresa

TESTEMUNHAS:**NOME:****CPF:****NOME:****CPF:**

**REJANE LOPES DE OLIVEIRA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 08/06/2021, às 13:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1779507** e o código CRC **CA74E2EC**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.